



UM OLHAR PARA A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA: SUA FUNÇÃO SOCIAL E DESAFIOS

Sonia Aparecida Bays

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: Com este texto pretende-se refletir sobre a escola e seu papel nos diferentes momentos históricos e suas transformações. Lança-se o olhar sobre essa instituição e suas contribuições para a sociedade, de modo especial aos desafios que estes últimos anos tem significado em decorrência da pandemia provocada pela covid-19. Primeiramente discorre-se sobre o passado tecendo reflexões sobre a escola e sua institucionalização, e também ao presente com a entrada do uso acentuado das tecnologias devido ao isolamento social provocado pela pandemia. Na segunda parte do texto é apresentada a revisão bibliográfica como intuito de olhar a escola em tempos de pandemia e quais são os seus desafios atuais. Percebeu-se, com a análise dos artigos, que os professores estiveram em constante trabalho desde a Educação Infantil à Universidade, muitas foram as dificuldades encontradas uma das primeiras foi a falta de formação para lidar com as mídias. Foi necessário o uso de criatividade na reinvenção das aulas, nesse sentido foi extremamente importante a escuta e troca de experiências, tanto entre os professores, quanto entre professores e famílias. Essa situação fica ainda mais acentuada em relação aos ribeirinhos e indígenas, pois nesses locais o acesso ficou muito mais difícil, o isolamento foi muito acentuado. Constatou-se o importante papel da escola enquanto espaço de proteção aos estudantes e porque não dizer das famílias. Na sala de aula é que o estudante se sente seguro para falar dos problemas, violências e inseguranças que muitas vezes sofre sem poder ter a confiança de relatar. A escola além de ser um espaço da transmissão do saber e espaço de escuta e acolhida, um lugar de proteção.

Palavras-chave: Escola; Pandemia; Distanciamento social.

Introdução

É notório que a escola constitui um espaço de aprendizagem e de garantia de direitos e, ao mesmo tempo, de zelo pela integridade física, bem como psicológica das crianças, assim como um local de esclarecimento para as famílias.

A pandemia da Covid-19 causou mudanças drásticas no Brasil e no mundo nas esferas da saúde, da vida social, da política, da economia e do campo educacional. Para amenizar os impactos na saúde, uma das medidas implementadas foi isolamento social. Com isso ocorreu o



fechamento das escolas em março de 2020. O que fazer nesse contexto? Essa escola teve que se organizar e lançar mãos ao ensino remoto emergencial, com o uso das tecnologias digitais.

Queremos nesse texto refletir sobre a escola enquanto uma das instituições que devem assegurar os direitos das crianças e protegê-las conforme reza o artigo seis da Constituição Federal (CF) que trata dos direitos sociais:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Num primeiro momento abordamos sobre a escola e seu papel na sociedade ao longo dos anos e as transformações que ocorreram. Em seguida apresentamos o nosso percurso metodológico. E, por fim, consta a revisão da literatura realizada sobre a escola no contexto da pandemia da covid-19, com o intuito de verificar como essa temática tem sido abordada.

Um olhar ao passado

De acordo com Ribeiro (1993), nos tempos do Brasil colônia em que a sociedade era basicamente escravocrata e aristocrata com a economia sustentada pela agricultura de forma rudimentar, não era necessário pessoas letradas, mas de pessoas sem instrução e submissa. Os filhos da elite eram mandados para estudar fora do país e voltavam para administrar a sociedade.

A educação elementar transmitida pelos Jesuítas, assim como a catequese para formar a população indígena à fé católica e sua passividade aos senhores brancos. Essa educação foi estendida também aos filhos dos colonos, sendo que a educação média era voltada para os homens da classe dominante, conforme relata Ribeiro (1993).

Já na primeira metade do século XVIII, o Marquês de Pombal realizou muitas reformas educacionais em Portugal as quais também repercutiram aqui no Brasil. Retirou a educação da mão da igreja e colocou-a nas mãos do Estado. A educação era baseada em métodos disciplinares, autoritário tendo como professores os mesmos que atuavam nos colégios Jesuítas. (RIBEIRO, 1993).

No século XIX a emergente burguesia passou a frequentar e influenciar a educação escolarizada, segundo Ribeiro (1993), esse período teve grande influência iluminista europeia



e havia contradição entre as classes sociais, o que mais tarde culminaria na abolição da escravatura e a proclamação da república. Alcântara (2022), nos relata que:

[...] é no século XIX que se cria o modelo de escola como a conhecemos hoje. O século XIX é conhecido, no âmbito da História da Educação, como o século da difusão mundial da escola, o momento em que praticamente todos os países do Ocidente começaram a organizar seus sistemas públicos de ensino (ALCÂNTARA, 2022. p. 173).

Esse modelo de escola, segundo Alcântara (2022), possuía um lugar fixo para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, um lugar próprio para o ensino.

Ao escrever sobre o século XX, Ribeiro (1993) nos relata que durante esse período temos vários pensadores que defenderam a educação e denunciaram o analfabetismo no Brasil e fizeram parte do movimento da Escola Nova. Temos a Constituição de 1934 que dedica um capítulo à Educação, atribuindo à União a competência de traçar diretrizes educacionais para o país. Criam-se os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e determina-se um mínimo de verbas a serem destinadas para o ensino, reconhecendo a educação como direito de todos, a obrigatoriedade do ensino primário, a assistência social e bolsas de estudo aos alunos.

Em meados desse mesmo século temos a democratização do ensino e o ingresso das camadas populares de forma significativa nos estabelecimentos de ensino profissionalizantes, enquanto que os que poderiam arcar com os custos faziam o propedêutico seja público ou privado. Segundo Ribeiro (1993) esperava-se que os estudantes viessem prontos para aprender: vestidos, calçados, alimentados e portadores de um capital cultural que os tornaria aptos a avançar nos estudos, mas sabemos e a história nos conta que não foi bem assim, mesmo no ensino profissionalizante.

Se um aluno não consegue aprender, temos dentro dessa escola a exclusão, não está preparado, vai ficando e logo desiste de estudar focando-se no trabalho para garantir a subsistência da família. Percebe-se que temos uma escola com conhecimentos homogeneizadores, que exclui o que a ela não se adapta.

Temos um avanço em termos legais com a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que visam garantir o acesso e permanência na escola. Foi uma luta para que fosse garantida a escola pública, laica, gratuita e de qualidade. A LDB promulgada em 1996 traz no seu artigo 2º:



A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Como podemos ver, a educação é dever da família e do Estado, logo é necessário a garantia de investimento na sua manutenção, garantias de acesso e de permanência do educando, para o seu pleno desenvolvimento, para o exercício da sua cidadania e a qualificação para o trabalho.

Um olhar ao presente

O século XXI está marcado por transformações, que acontecem rapidamente, segundo Libâneo (2001), a sociedade atual é eminentemente pedagógica ao ponto de ser chamada de sociedade do conhecimento. Podemos constatar isso pela velocidade em que são transmitidas as informações pelos meios de comunicação haja vista que em praticamente todos os lares existe, pelo menos um rádio ou televisão. Os meios de comunicação são capazes de influenciar desde o mais jovem ao mais velho.

Vimos de uma escola institucionalizada, um local próprio para as aprendizagens, um “lugar do saber”, que aos poucos foi invadida pelos computadores, projetores, telefones, celulares, internet. Os conhecimentos passaram a ser pesquisados não somente nos livros, mas nos sites também. A educação também teve transformações. De acordo com Libâneo (2001, p. 7), “[...] a educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal”.

Compreende-se dessa forma que ao mesmo tempo que houve uma mudança na educação e na forma de ensinar, ela nos transforma tanto na nossa vida individual quanto social. Libâneo (2001, p. 8), nesse sentido afirma que:

[...] a educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais. Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações.



Compreende-se o papel transformador da educação em meio as práticas sociais, e o educador precisa ter um olhar crítico para poder agir nas diversas situações em que muitas vezes os educandos não possuem voz ou vez. Vai assim, imerso nas relações, de acordo com Ramão (2012, p. 45), “[...] superando o instituído e, ao mesmo tempo, vai superando-se, na medida em que encara as dificuldades como desafios, como possibilidades de inéditos viáveis, e não como obstáculos intransponíveis”.

O caminho metodológico

A metodologia empregada é de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, na qual foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica, tomando-se os cuidados apontados por Lima e Mioto (2007) quanto a necessidade de se ter critérios bem claros e definidos. Dessa maneira, como bases de consulta utilizamos a biblioteca eletrônica da *Scientific Electronic Library (SciELO)* e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir do acesso da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Tomou-se como recorte temporal o período de 2020 a 2022, cujo levantamento foi realizado no dia 2 de junho de 2022.

Para a busca foi utilizada a combinação dos seguintes descritores: “escola na pandemia”; “escola e pandemia”; “escola e ensino remoto”; “escola no ensino remoto” com o objetivo de verificar a abordagem realizada pelos pesquisadores no que tange a esse tema. Restringimos nossa pesquisa com os critérios de estudos relacionados ao ensino fundamental e publicações referentes a escola no Brasil. Dessa forma, descartamos o descritor escola e pandemia, pois encontramos somente três artigos internacionais, dois do México e um da Argentina. Ressalta-se ainda que foram empregados os três primeiros descritores nas duas bases de dados, sendo que o último: escola no ensino remoto aplicado somente na base de dados da *SciELO*. Os achados ficaram distribuídos conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Número de artigos por descritores utilizados para a leitura e análise

Descritores	N.
“Escola na pandemia”	12
“Escola e ensino remoto”	4
“Escola no ensino remoto”	2
Total	18

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Nota-se que o descritor “escola na pandemia” possui uma maior incidência com doze artigos, número bem significativo seguida de “escola e ensino remoto” com quatro artigos e por último, “escola no ensino remoto” com dois artigos publicados. Constatase que o tema escola na pandemia constituiu o foco de estudos e produções científicas, por se tratar de um tema mais abrangente.

Em relação ao recorte temporal compreendido de 2020 a maio de 2022, o período mais fértil, com maior número de publicações foi o ano de 2021. Após 2020, período marcado por incertezas, os estudiosos e pesquisadores publicaram seus artigos para enriquecer o estudo de outros acerca do tema. Podemos ver isso na tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos por ano de publicação

Ano	N.
2020	4
2021	12
2022	2
Total	18

Fonte: Elaborado pelas autoras.

UM OLHAR PARA A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Após a seleção e sistematização dos artigos passamos para a leitura dos mesmos com o intuito de inteirar-nos e analisarmos a discussão por eles abordadas pontuando as discussões que se relacionam ao tema da nossa pesquisa que tem como título “desafios da alfabetização em tempos de pandemia na região fronteiriça de Corumbá-MS”.

Focamos nosso estudo nessas dezoito publicações que tratam da escola em tempos de pandemia no Brasil, com o intuito de aproximar-nos das discussões sobre o tema.

O primeiro artigo a ser lido foi de Guizzo, Marcello e Müller (2020) que discutem o deslocamento relativo a escola e família e como ocorreu esse deslocamento da criança e do adulto diante dela. Sob o pretexto de que “a educação não pode parar” tentou-se adaptar o tempo escolar no ambiente da casa, onde a criança não tem a mesma rotina da escola, nem os colegas e a professora. As crianças percebem a diferença que há entre mãe e professora.

Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) analisam a trama discursiva dos meios de comunicação no estado do Rio Grande do Sul, a partir da necessidade de adaptações para atividades remotas. O constante trabalho dos professores desde universidade até a educação



infantil e a exaustão desses profissionais comprometidos com a aprendizagem de seus estudantes durante o distanciamento social causado pela COVID-19.

Gatti (2020), em seu artigo, considera as situações vividas durante a pandemia e as disparidades entre estados e municípios nas tomadas de decisão relativas à saúde pública, um certo desencontro de ações e que causou agravantes para a situação de forma geral no âmbito social e educacional. Abordam as dificuldades encontradas como as condições e a formação dos professores para o trabalho de forma remota, bem como o uso das mídias. Ressaltam a necessidade de se pensar em como retomar às atividades.

Vieira e Coimbra (2020) trazem como ponto de partida e de chegada a criatividade docente e a imposição de uma reinvenção da escola. Para ambos a criatividade é favorecida quando o docente encontra espaço de formação nos quais a escuta e a reflexão se fazem presentes. Com a demanda de respostas seja para as famílias como para a sociedade, as escolas criaram espaços de aprendizagens virtuais, o que impossibilitou o que acontecia normalmente nos espaços das salas de aula que são as trocas, as experiências e as relações.

Lerner e Voltolini (2021) falam da forma abrupta que a virtualidade tomou lugar da sala de aula, muitas crianças não tem acessibilidade e outras com mais acesso, onde vimos pais, irmãos e familiares entrando em cena. A tênue barreira entre o privado e o público. Relata também que foram observados os efeitos do confinamento como desamparo, solidão, sintomas de depressão, ansiedade, entre outros. Os atendimentos no campo da saúde mental ocorreram de forma remota, para muitos profissionais dessa área isso também foi um desafio.

Borges e Cia (2021) discutem sobre a rotina acadêmica e familiar das crianças das escolas públicas e privadas no interior paulista a partir de relatos de familiares. Abordam a falta de equiparação nas ações e acesso pelas diferentes classes sociais. A demora das orientações seja em âmbito nacional, estadual ou municipal em como se deu essa comunicação entre escola e família.

Beineke (2021) reflete sobre a educação musical em tempos de pandemia e também foi necessário repensar as metodologias e aponta que mesmo no modo on-line é limitante a aprendizagem musical.

Lahr e Tognetta (2021) chamam a atenção quanto a responsabilidade compartilhada por toda a sociedade sobre a proteção de meninos e meninas e principalmente sobre a rede de



proteção que eles encontram na escola e que durante a pandemia encontrava-se fechada, logo ficaram mais vulneráveis aos maus tratos, e violações de direitos. Estes não tinham onde reclamar, ninguém que os ouvisse.

Almeida e Scheifer (2021) refletem sobre os desafios impostos pelo ensino remoto on-line identificando rupturas no campo tecnológico, espaciotemporal, epistemológico quando saímos da sala de aula e entramos no ambiente virtual. Buscam refletir sobre inéditos viáveis trazendo pistas de como utilizar a mídia a favor da aprendizagem.

Arruda, Gomes e Arruda (2021), com seu estudo, pretenderam verificar como a escola pode cumprir sua função em tempos de crise pandêmica. Trouxeram dados da UNICEF (2020) que demonstram que 90% permaneciam sem acesso à escola, relatam que o modelo de uso apenas de tecnologias digitais não garante a equidade pois milhões de jovens não possuem acesso aos meios digitais.

Santos, Backes, Gabriel e Felicetti (2021) trazem a realidade da educação ribeirinha no contexto da COVID-19, relatam a dificuldade de acesso à escola em tempos normais devido a cheia e a vazante do Rio Negro no Amazonas, onde constata-se que o professor ribeirinho consegue estar on-line e seus alunos dependem dos celulares dos responsáveis para até mesmo visualizar as atividades que chegam através de *whatts app*. Salientam que é necessário repensar as alternativas observando a realidade em que os alunos estão inseridos.

Macedo (2021) discute em seu artigo a questão do acesso e do acompanhamento das atividades remotas on-line para alunos da educação básica, questionando se essa transferência das aulas para o ambiente on-line será como direito ou privilégio.

Gourlat (2021) aborda a escola em meio a pandemia e revela a possibilidade de uma disputa pela hegemonia entre incorporação educacional pelas tecnologias de informação e comunicação como substituição do trabalho docente.

Klinko e Carvalho (2021) abordam aspectos fundamentais da experiência escolar frente ao contexto de crise da COVID-19. Ressalta a importância da escola como espaço de transição (família-sociedade), espaço de separação das obrigações familiares para um tempo livre para aprender, espaço de *anteparo*, como espaço de proteção para os excessos do afeto parental e aprender, socializar-se.



Espinosa (2021) relata que em estudos realizados numa escola pública federal com alunos de uma disciplina de Física foi constatado que entender os fatores que levam os alunos a se engajarem no Ensino Remoto Emergencial (ERE) é tão importante quanto o não engajamento. Salienta que para o engajamento o suporte social e acadêmico do professor é muito importante, bem como métodos ativos, material de qualidade para estudo em consonância com a realidade dos alunos fazem toda diferença.

Laguna *et al.* (2021) trazem os resultados de um estudo bibliográfico referente aos desafios de pais ensinantes durante a pandemia. Observaram que as dificuldades do sistema educacional foram constatadas em vários países, não só no Brasil e que a escola deve amenizar as cobranças dos pais quanto ao ensino, optando por consolidar o que já foi aprendido ao invés de ensinar novos conteúdos. Os pais não possuem formação e muitas vezes nem tempo e condições materiais necessárias para isso. Observaram também que o estresse, medo frustração abalou a saúde mental de todos os envolvidos nesse processo.

Magalhães Júnior e Lima (2022) discutem as desigualdades do ensino remoto nas escolas indígenas Tremembé, zona rural do Ceará. Foi adotado como estratégia a entrega de atividades, e inicialmente houve resistência, por medo de contaminação dos indígenas. Esse medo do contágio e as dificuldades de acesso à internet, por parte dos estudantes e também dos professores aparecem nos relatórios analisados. Outro ponto é a questão que pais dos indígenas não serem alfabetizados, nesse sentido quem ajudaria os estudantes no desenvolvimento das atividades?

Alcantara (2022) que reflete sobre a escola e cultura escolar trazendo três momentos de inflexão que buscaram alterar o funcionamento e a organização da escola, traz a historicidade e o modo de operar, bem como sua relação com as TIC'S que já estavam presentes mesmo antes da pandemia.

Após a leitura e análise dos artigos compreendemos que os diversos autores, ao partilharem seus objetos de estudo de pesquisa estão preocupados com as mudanças na escola e no ensino durante a pandemia da COVID- 19. Percebe-se que desde o marco inicial o dia 17 de março de 2020, os olhares se voltam com inquietações para a educação. Sentimento de insegurança, medo etc. tomam conta de todos. A sociedade estava em suspenso, inicialmente por quinze dias e com a situação agravando, mortes e falta de leitos, as formas de transmissão



e a preocupação com a saúde e visando manter a vida, as aulas foram suspensas sem data certa para o retorno ao presencial. Os problemas que já existiam, foram agravados pela crise no país.

O Brasil na sua extensão territorial de 8.516.000 km², desde o norte ao sul, sentiu a crise sanitária agravada pela pandemia e muito mais com o fechamento das escolas. A fala do então ministro da Educação era “a educação não pode parar” e no entanto, não tínhamos políticas educacionais focadas para dar assistência e garantir o direito à educação nesse momento. As escolas foram desafiadas a assumirem o ensino remoto emergencial, mas conforme Arruda, Gomes e Arruda (2021) de modo geral, as iniciativas governamentais não promoveram efetivamente a participação da comunidade escolar. Estávamos distantes, remotos, propondo atividades on-line quando uma grande maioria dos estudantes e suas famílias não tinham acesso a internet e muitas vezes nem computador, apenas um aparelho celular por família com os dados móveis escassos, dificultando o acesso aos encaminhamentos dos professores.

As iniciativas encontradas foram várias, como utilização de plataformas educacionais, portais das secretarias de educação, utilizando a internet como forma de evitar o contato e assim o contágio. Mas num país com tanta desigualdade social e econômica e muitas vezes de difícil acesso, não só a internet, mas, ir até a escola, como no caso das escolas das águas e ribeirinhas que em tempos normais já sentem essa dificuldade, esse contexto só agravou a situação. Arruda, Gomes e Arruda (2021, p. 1.731) descrevem esse momento:

Trata-se de um cenário complexo que demanda um resgate da função social da escola, o reconhecimento da sua relevância na sociedade em tempos de crise, a compreensão de que o isolamento deverá ser físico e não social; e, ainda, a abertura para revisitar o papel da escola frente aos desafios enfrentados na sociedade contemporânea, entendendo que a escola não poderá permanecer alheia ao que acontece no Brasil e no mundo.

Nesse sentido queremos refletir sobre o papel social da escola, lembrando que é necessário sair dos muros, ir além, o isolamento é uma barreira que dificulta o desempenho desse papel importantíssimo e essencial. Além de transmitir os conhecimentos, a escola faz parte de uma rede de proteção. É nela que as crianças encontram espaço de escuta e de acolhimento, nela se sentem seguras para denunciar os maus tratos, os abusos, a violência familiar. É nela que encontram apoio, e o que fazer quando a mesma está fechada? As crianças são entregues à própria sorte.



Considerações finais

Após a leitura dos artigos, percebe-se que os professores estiveram em constante trabalho desde a Educação Infantil à Universidade, muitas foram as dificuldades encontradas uma das primeiras foi a falta de formação para lidar com as mídias, foi necessário o uso de criatividade na reinvenção das aulas, nesse sentido foi extremamente importante a escuta e troca de experiências, tanto entre os professores, quanto entre professores e famílias. Essa situação fica ainda mais acentuada em relação aos ribeirinhos e indígenas, pois nesses locais o acesso ficou muito mais difícil, o isolamento foi muito acentuado.

A falta de acessibilidade foi geral, de Norte a Sul do país, a grande maioria não tem acesso à internet, se os professores ficassem somente com as aulas on-line 90% permaneceriam excluídos, conforme os dados da UNICEF -2020 trazidos por Arruda, Gomes, Arruda (2021). Para suprir essa necessidade, escolas entregaram atividades impressas, indo nas casas dos alunos seja para entregar atividades, seja para conversar, tirar dúvidas realizando a busca ativa, tentando assim garantir o mínimo de interação entre famílias, estudantes e professores.

Assim, podemos dizer que os professores, fizeram de situações limites, inéditos viáveis, usaram de sua criatividade, superando suas próprias barreiras em busca do estudante isolado, para que não ficasse ainda mais excluído.

Com o retorno das aulas presenciais e com o olhar atento do professor que não está ali só para ensinar, ele é um educador social e com olhar atento perceberá que a pandemia causou muitos danos emocional, físico, psicológico nas crianças que estavam. A questão vai muito além da frase “a educação não pode parar” a questão é que com a escola, que faz parte da rede de proteção a convivência, a acolhida a escuta, podem significar a proteção das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Diante do que foi posto, percebe-se a necessidade de formação dos professores que vai muito além de metodologias de como ensinar determinado conteúdo. É preciso uma formação mais ampla voltada ao olhar com sensibilidade, um olhar crítico capaz de detectar as mazelas, as desigualdades sociais. Ser capaz de perceber que a educação é direito de todos, mas são poucos os que realmente apreendem no tempo certo devido aos seus percursos e dos meios em que vivem e a pandemia deixou isso muito evidente.



Referências

ALCÂNTARA, Wiara. Escola e cultura escolar durante e pós-pandemia. **Prometeica - Revista de Filosofia y Ciencias**, [s. l.], n. 24, p. 169–181, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/prometeica/article/view/12952>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ALMEIDA, Ana Cláudia Pereira de; SCHEIFER, Camila Lawson. Caindo na rede, caindo na real: Em busca do inédito viável no mundo em (pós)pandemia. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, v. 21, n. 4, p. 1193-1218, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202117903>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ARRUDA, Eucidio Pimenta; GOMES, Suzana dos Santos; ARRUDA, Ducerli Eurina Pimenta. Mediação tecnológica e processo educacional em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 3, p. 1730–1753, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14788>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BARRETO, Raquel Goulart. A escola entre os embates na pandemia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.243136>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BEINEKE, Viviane. Aprendizagem musical criativa em tempos de pandemia: (re)compondo perspectivas e (im)possibilidades. **Orfeu**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 30-47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/20180>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BORGES, Laura; CIA, Fabiana. Rotina familiar e acadêmica de famílias de alunos durante o isolamento social. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 8, n. 16, p. 202-217, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/index>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **Diário Oficial da União**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96, p. 27833-27841, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

ESPINOSA, Tobias. Reflexões sobre o engajamento de estudantes no Ensino Remoto Emergencial. **Ensaio. Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 23, 2021. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/epec/a/w5QWLfczXhfvnmpWj5FbHFn/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 10 jun. 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos avançados**, v. 34, n. 100, p. 29-41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GUIZZO, Bianca Salazar; MARCELLO, Fabiana de Amorim; MÜLLER, Fernanda. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e238077, p. 1-18, 2020. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/ep/v46/1517-9702-ep-46-e238077.pdf>. Acesso em 24 jun. 2022.

KLINKO, Janaina; CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. Escola remota: como resistir à domesticação da experiência escolar? **Estilos da Clínica**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 58-67, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/178236>. Acesso em: 18 jun. 2022.

LAGUNA, Thalyta Freitas dos Santos *et al.* Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 21, supl. 2, p. 393-401, 2021. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292021000300393&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 jun. 2022.

LAHR, Talita Bueno Salati; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Proteção e bem-estar na escola: um emaranhado de nós para desatar em contextos pós-pandêmicos. **Tópicos Educacionais**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 62-78, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/250506>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LERNER, Ana Beatriz Coutinho; VOLTOLINI, Rinaldo. Outra clínica, outra escola: psicanálise e educação em tempos de pandemia. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-3, abr. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282021000100001&lng=pt&nrm=is. Acesso em 02 jun. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxxQgnS/?format=pdf>. 24 mar. 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 jun. 2022.



MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, mai/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MAGALHÃES JUNIOR, A. G; LIMA, M. do C, W. Diálogos, tensões e desigualdades no processo de implementação do ensino remoto nas escolas indígenas Tremembé. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12751/10725>. Acesso em: 18 jun. 2022.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal, História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 4, fev/Jul, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 jun. 2022.

SANTOS, Larissa Batista dos; BACKES, Luciana; GABRIEL, Naidi Carmen.; FELICETTI, Vera Lúcia. A realidade da educação ribeirinha no contexto da covid-19: saberes pedagógicos para a ação docente. **Revista Práxis**, [s. l.], v. 3, p. 56–76, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2586>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 15, p. 1–24, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VIEIRA, Camila; COIMBRA, Silvia. O conceito de criatividade docente: demandas urgentes para tempos de ausências. **Revista Espaço do Currículo**, [s. l.], v. 13, n. Esp., p. 884–896, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54574>. Acesso em: 17 jun. 2022.